

INCLUSÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO: O PAPEL DO ENSINO DA LÍNGUA ESTRANGEIRA

Glória Maria Miranda de Freitas - UFPB
gloria.miranda.defreitas@hotmail.com
Thaline Cabral Arruda - UFPB
thalinecabralarruda@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo trabalhar um tema que muito é debatido no meio educacional: a questão da inclusão social. Apresentaremos um breve histórico de como surgiu a ideia a respeito da educação inclusiva, mostrando que a educação inclusiva não diz respeito apenas aos alunos que apresentam alguma deficiências física ou mental, uma vez que todos possuem suas especificidades e estão sujeitos à sofrerem exclusão em algum momento da sua vida. Levando em consideração que a inclusão está relacionada com o sentimento de pertencimento, mostraremos o papel do ensino de Línguas Estrangeiras para o alcance da inclusão, tendo em mente que um projeto de inclusão possibilita o diálogo entre as diferenças, seja dentro de uma mesma comunidade ou entre comunidades diferentes. Para o desenvolvimento do trabalho proposto foi utilizada a metodologia qualitativa, através do uso de artigos de revista acadêmica, artigos científicos sobre o tema, bem como documentos do Ministério da Educação. Dentre os autores utilizados estão Sánchez (2005), Sasaki (2005), e Barcelos (2011).

Palavras-chave: educação; inclusão; língua estrangeira.

ABSTRACT

This article aims to explore a topic that is very much debated in the educational environment: the issue of social inclusion. We are going to present a brief history of how the idea about inclusive education emerged, showing that inclusive education is not just about students who have a physical or mental disability, since all have their specificities and anyone may suffer exclusion at some point of his life. Taking into account that the inclusion is related to the feeling of belonging, we are going to explain the role of teaching a foreign language to achieve the aim of inclusion, keeping in mind that an inclusion project enables dialogue across differences, either within the same community or between different communities. To develop the proposed work the qualitative methodology was used, through the use of scholarly journal articles, scientific articles on the subject, as well as documents from the Ministry of Education. Among the authors used are Sánchez (2005), Sasaki (2005), and Barcelos (2011).

Keywords: education; inclusion; foreign language.

Introdução

Quando falamos de inclusão nos remetemos imediatamente ao termo exclusão, logo pensamos que a inclusão surgiu como uma alternativa para resolver os problemas da exclusão. Na área educacional o termo exclusão se refere aos alunos que possuem alguma dificuldade de acesso à escola, os alunos reprovados, expulsos, ou ainda, aos alunos portadores de alguma deficiência. A inclusão surge, então, como um meio para reestruturar a organização escolar, para fazer com que os alunos com dificuldade de aprendizagem, os alunos indisciplinados e os alunos com deficiência façam parte, de fato, da comunidade escolar (OCNEM, 2006 p. 91).

É importante destacar que a exclusão ultrapassa o âmbito escolar, mas como é na escola o local onde as crianças e adolescentes passam a maior parte de suas vidas, deve-se levar em consideração esse espaço como o responsável por gerir as mudanças sociais, uma vez que a escola é formadora de cidadãos. Para avançar no processo de inclusão educacional é necessário que os sistemas educacionais organizem projetos pedagógicos voltados para a atenção às especificidades das crianças, pois

não basta expor os alunos às propostas educativas e sociais. Essa exposição resultaria em inserir (colocar, introduzir, aderir) os “excluídos”, mas não em incluí-los (fazer parte, figurar entre outros, pertencer, envolver) socialmente. A credibilidade dos projetos de inclusão, segundo o que informam as investigações, seria construída por uma ação que abrange: capacitação de professores; engajamento de escolas no processo de inclusão; preparação dos pais dos alunos; preparação de funcionários; recursos condizentes com os propósitos do projeto; cursos de licenciatura em universidades e faculdades atualizadas e sintonizadas com a proposta de inclusão; adequação do currículo escolar às necessidades atuais da sociedade (OCNEM 2006, p. 94 e 95).

É com esse propósito em mente, que será abordado neste artigo um breve histórico a respeito do surgimento do termo inclusão na comunidade escolar, as características dessa política que objetiva incluir os alunos e as suas especificidades em um mesmo ambiente escolar, os desafios para o alcance desse objetivo, e por fim, refletiremos acerca do papel da língua estrangeira no processo de inclusão.

Metodologia

Como o foco de análise deste artigo se refere às relações sociais, a abordagem metodológica utilizada se baseia no método qualitativo. A pesquisa qualitativa

“compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social (...)” (NEVES, p. 1, 1996).

Para o desenvolvimento do artigo foram utilizadas fontes primárias e secundárias. Com relação à fonte primária, citamos um documento do Ministério da Educação: “Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio”; e dentre as fontes secundárias estão artigos de revistas acadêmicas, e artigos científicos sobre o tema em questão: inclusão social e ensino de língua estrangeira. Para tanto, será feita uma breve explanação acerca do surgimento da educação inclusiva, e posteriormente, do papel do ensino de língua estrangeira como um meio para o alcance da inclusão social.

Análise dos resultados

Entre meados dos anos de 1980 e 1990, percebeu-se no cenário internacional um movimento de profissionais, pessoas com deficiência e pais, de mudar a ideia de que a educação especial estava voltada à um pequeno grupo de alunos qualificados como deficientes ou com necessidades educacionais especiais. Esse movimento apareceu primeiro nos Estados Unidos (*Regular Education Initiative - REI*), no qual tinha como objetivo a inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares, isto é, unificar a educação especial e a regular em um único sistema educativo.

No final dos anos de 1990, começou-se a ser questionado o tratamento tido pelos alunos com necessidades especiais em vários países. O argumento era de que as dificuldades de aprendizagem que esses alunos tinham não estavam relacionadas com a sua deficiência, mas sim, na forma como a escola se organizava para atendê-los. É nesse contexto que as políticas de inclusão começaram a ganhar força.

É importante destacar que a luta em prol da educação inclusiva foi em caráter internacional, e órgãos como a UNESCO e UNICEF aderiram aos esforços de fazer com que a educação chegasse ao alcance de todas as crianças em idade escolar, através de reuniões e conferências realizadas em todas as partes do mundo. A Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais em 1994, em Salamanca, foi o marco da luta para a disseminação da educação inclusiva em todo o mundo. Foi estabelecido um plano de ação que as escolas deveriam seguir no sentido de acolher todas as crianças

não importando as suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, entre outras:

- Todas as crianças têm direito à educação e deve-se dar a elas a oportunidade de alcançar e manter um nível aceitável de conhecimentos;
- Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias;
- Os sistemas de ensino devem ser organizados e os programas aplicados de modo que tenham em conta todas as diferentes características e necessidades;
- As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns;

Visto isso, entendemos ser de suma importância que as escolas comuns apresentem um meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias, criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora, para que assim seja possível alcançar uma educação para todos.

Ampliando essa discussão, Tierney (1993 *apud* SÁNCHEZ, 2005, p. 09) afirma que “(...) as escolas devem ser comunidades que atendam a todos, já que as diferenças humanas são naturais, diga-se existem, havendo porém a necessidade de adaptar a aprendizagem a cada criança”. A educação inclusiva, portanto, necessita ser compreendida como uma tentativa de atender aqueles alunos inseridos no sistema educacional que apresentam alguma dificuldade de aprendizagem, e não apenas como um sistema de educação voltado apenas para alunos que apresentam alguma deficiência. Tomando o exposto em consideração, “(...) o conceito de inclusão trata de abordar as diferentes situações que levam à exclusão social e educativa de muitos alunos” (SÁNCHEZ, 2005, p. 11).

Para tanto, as escolas precisam estar preparadas para receberem os alunos e oferecer-lhes uma boa educação, uma vez que é um direito do aluno receber uma educação de qualidade centrada nas suas necessidades individuais, não levando em consideração se esse aluno é ou não portador de alguma deficiência. É por isso que Sasaki (2005, p. 21) salienta que “para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros”. Essa mudança necessita começar na escola, pois é no ambiente escolar onde a criança desenvolve suas capacidades, seus conhecimentos, senso crítico, e onde aprende a ser cidadão.

A educação inclusiva foi vista em um primeiro momento como uma inovação da educação especial, contudo, foi moldando-se como uma tentativa de que todos tivessem alcance à uma educação de qualidade. Nessa perspectiva, Sasaki (2005, p. 21) defende que “a inclusão consiste em adequar os sistemas sociais gerais da sociedade de tal modo que sejam eliminados os fatores que excluía[m] certas pessoas do seu seio e mantinham afastadas aquelas que foram excluídas”. Ou seja, a educação inclusiva prioriza uma educação para o alcance de todos, com foco no respeito e na valorização das diferenças.

Diante desse contexto, consideramos importante, outrossim, destacar que a educação inclusiva surgiu como uma forma de sanar os “equivocos” da educação da integração. O movimento de integração surgiu para tentar solucionar a segregação que os alunos com deficiências sofriam nos centros de educação especial. Inicialmente, as classes especiais foram consolidadas em centros escolares, e posteriormente os alunos com deficiência passaram a ser inseridos em turmas regulares em tempo parcial.

De acordo com Sánchez (2005), o modelo de integração passou a ser criticado quando comparado ao modelo inclusivo, uma vez que a inclusão tem como principal objetivo voltar o seu olhar para todos os alunos sem distinção, já que qualquer um pode apresentar dificuldades de aprendizagem em algum momento da vida. Para entender melhor as diferenças entre esses dois modelos, organizamos com base em Sánchez (2005), um quadro comparativo onde estão expostas algumas especificidades de ambos os modelos:

Integração	Inclusão
No modelo de integração para que o aluno com necessidades educacionais especiais pudesse estar em uma classe regular, era necessário que ele apresentasse dificuldades médias ou comuns.	No modelo inclusivo todos os alunos são membros de direito da classe regular, sejam quais forem as suas características pessoais.
No modelo da integração os alunos eram considerados especiais de acordo com uma interpretação com base no déficit do aluno, déficit esse concebido através de atestado médico-psicológico.	O modelo inclusivo defende a reconstrução do conceito de necessidades educacionais especiais. Não deve-se considerar apenas o déficit do aluno, mas também as dificuldades que ele experimenta no contexto educativo, na organização da sala, e como se desenvolvem os processos de ensino-aprendizagem nas escolas inclusivas.
No modelo de integração a pessoa com deficiência estava de certa forma obrigada a se integrar na comunidade escolar, ou seja, a responsabilidade recaía no aluno com deficiência, uma vez que ele “deve” se integrar à cultura dominante.	Na inclusão, pelo contrário, é a instituição que cria um clima de receptividade, flexibilidade e sensibilidade a qualquer aluno que seja escolarizado nela.
O modelo de integração é visto como um	No modelo inclusivo o foco está no ao grau de

movimento dos alunos dos programas especiais para a educação regular.	participação desses alunos nas atividades e experiências da escola regular.
A integração tem a ver com as pessoas.	A inclusão refere-se aos valores da comunidade.
A integração tem posto sua ênfase no aluno com necessidades educacionais especiais.	A inclusão centra seu interesse em todos os alunos.
O termo “integração” descreve processos mediante os quais certas crianças recebem apoio com o propósito de que possam participar nos programas existentes em grande medida sem modificações dos colégios.	O termo “inclusão” sugere um desejo de reestruturação do programa do colégio para responder à diversidade dos alunos que recebem as aulas.

Quadro 01: Modelos de Integração e Inclusão da Educação

A partir do quadro podemos perceber que apesar do modelo da integração surgir como uma alternativa ao isolamento dos alunos com alguma deficiência, o mesmo passou a segregar esses alunos, por exemplo, um aluno com deficiência poderia estar integrado e passar a maior parte do tempo isolado em uma sala de apoio, ou, estar em uma sala regular, mas sem interagir com os demais alunos. Sendo assim, podemos dizer que,

“(…) o termo inclusão surge, a princípio, como uma alternativa à integração; como uma tentativa de eliminar as situações de desintegração e exclusão em que se encontravam muitos alunos nas escolas, sob o enfoque da integração. Em segundo lugar, como uma tentativa de reconstruir o enfoque deficitário individualista e médico dominante, considerando seriamente as vozes das pessoas com deficiência, e analisando as complexas relações de poder implicadas nesses controvertidos debates. E, em terceiro lugar, como uma reivindicação de que todos os alunos com ou sem necessidades educacionais especiais recebam uma educação de qualidade, nas classes comuns do sistema regular de ensino” (SÁNCHEZ, 2005, p. 17).

Visto isso, quando falamos em inclusão logo nos remetemos ao sentimento de pertencimento. Estar incluído quer dizer fazer parte de um grupo, de uma determinada cultura. De acordo com o OCNEM (2006, p. 96), o objetivo de um projeto de inclusão seria criar possibilidades de o cidadão dialogar com outras culturas. Ou seja, um projeto de inclusão possibilitaria o diálogo entre as diferenças, seja dentro de uma mesma comunidade ou entre comunidades diferentes, pois cada pessoa é um mundo, cada pessoa tem uma cultura.

Segundo o OCNEM (2006), quando falamos em ter acesso à outras culturas logo vem a nossa mente ter acesso a culturas estrangeiras, e o sentimento de inclusão nesse sentido está aliado ao conhecimento de línguas estrangeiras. Ensinar uma língua

estrangeira na escola visa ensinar um idioma estrangeiro e também contribuir para a formação individual de cidadãos, pois possibilita o desenvolvimento da consciência social dos alunos, da sua criatividade, e abertura para novos conhecimentos. “Quando falamos sobre o aspecto educacional do ensino de Línguas Estrangeiras, referimo-nos, por exemplo, à compreensão do conceito de cidadania” (OCNEM, 2006, p.91).

Desse modo entendemos que ser cidadão envolve o entendimento acerca do lugar em que o indivíduo ocupa na sociedade, e isso envolve se esta posição que o indivíduo ocupa o inclui ou exclui de certa forma ao meio que ele está inserido. O ensino de línguas estrangeiras pode desenvolver a inclusão dos alunos na comunidade escolar, e conseqüentemente, da inclusão na sociedade.

Atualmente, devido à globalização, estamos frequentemente em contato com outras línguas, seja através do contato com turistas de outros países, ou simplesmente andando pelas ruas ou acessando à internet. É nesse sentido que a aprendizagem de uma língua estrangeira possibilita ao aluno se sentir incluído, ou seja, quando ele conversa com o turista, ou quando ele entende o que “self service” significa quando vai até o restaurante, esse aluno se sente pertencente à um grupo, à uma sociedade, e conseqüentemente, ao mundo.

Precisamos entender, e acima de tudo, fazer o aluno entender, que aprender uma segunda língua vai incluí-lo não só na sua sociedade, pois atualmente o número de falantes de língua inglesa, por exemplo, está crescendo cada vez mais; mas principalmente, o está incluindo dentro de uma nova cultura, onde ele vai conhecer não só apenas a língua, mas também sobre os costumes dos países e das pessoas que falam o idioma.

Além disso, aprender uma segunda língua abre novas oportunidades para o aluno, como por exemplo, fazer intercâmbio e ingressar no mercado de trabalho com mais facilidade. É através dessas experiências que o aluno se sente parte do mundo, e é por isso, que aprender uma língua estrangeira tem o seu papel educacional quando estamos falando de inclusão.

Conclusão

Partindo do pressuposto que o termo inclusão abarca ideias como respeito, apoio, compreensão, e igualdade apesar das diferenças, inclusão envolve, acima de tudo, uma mudança de mentalidade de todos os que estão envolvidos na educação, desde a

camada mais alta de sociedade com os governantes e as suas políticas educacionais, até os professores, alunos, pais e demais pessoas envolvidas na sociedade.

É importante levar em consideração o sentido mais amplo do termo inclusão, isto é, não devemos levar em consideração apenas os alunos que possuem alguma deficiência, mas todos aqueles envolvidos no processo educativo, pois todos nós apresentamos necessidades, sejam elas de aprendizagem, de afeto, de proteção, entre outras. Assim, para que o aluno possa aprender precisamos fazê-lo pertencer à sala de aula, ou seja, incluí-lo.

Por fim, destacamos que a presença das línguas estrangeiras, em especial a língua inglesa, nas várias instâncias de nossa sociedade, faz com que sua aprendizagem se constitua como uma forma de pertencimento a comunidade em que nos encontramos.

Referências

BARCELOS, Ana Maria Ferreira. **Crenças sobre o ensino e aprendizagem de Línguas:** um portal para a inclusão. In: Experiências de Aprender e Ensinar Línguas Estrangeiras: Crenças de Diferentes Agentes no Processo de Aprendizagem. Mariney Pereira Conceição (Org.). Campinas, SP : Pontes Editores, 2011.

Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio:** Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília, 2006.

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa** – características, usos e possibilidades. In: Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo, V.1, N° 3, 2° SEM./1996. Disponível em: < <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>> Acesso em Outubro de 2014.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA:** um meio de construir escolas para todos no século XXI. In: Inclusão – Revista da Educação Especial – Out/2005. Disponível em: <https://institutoconsciencia.websiteseuro.com/pdf/aee/revistainclusao1.pdf#page=7>> Acesso em Outubro de 2014.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **INCLUSÃO:** o paradigma do século 21. In: Inclusão – Revista da Educação Especial – Out/2005. Disponível em: <https://institutoconsciencia.websiteseuro.com/pdf/aee/revistainclusao1.pdf#page=7>> Acesso em Outubro de 2014.